

MELHORAR A QUALIDADE DO TRABALHO E DAS EMPRESAS - Objectivo da Estratégia Nacional para a Segurança e Saúde no Trabalho

Através de uma Resolução do Conselho de Ministros foi aprovada este ano a Estratégia Nacional para a Segurança e Saúde no Trabalho¹, um documento que pela primeira vez no País permite ter um quadro político e operacional coerente para combater os acidentes e doenças profissionais, em consonância com a Comissão Europeia, com a participação dos Parceiros Sociais e diversas outras instituições da sociedade portuguesa.

Esta iniciativa e as alterações operadas na área da Administração do Trabalho com a criação da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) demonstram um forte empenhamento do Estado e podem permitir avanços significativos no domínio da qualidade do trabalho e da produtividade das empresas. A participação dos Parceiros Sociais nesta estratégia, nomeadamente das empresas, será decisiva para os resultados finais.

Quais as vantagens para as empresas?

As empresas mais avançadas em todo o mundo, e em particular nos USA e na UE, chegaram à conclusão de que apostar num bom sistema de gestão dos riscos do trabalho é bom para o êxito dos negócios na medida em que se transforma, a prazo, num bom investimento. Alguns economistas avançam mesmo com conclusões interessantes neste sentido afirmando que, por cada euro investido, se terá um benefício de doze!

Efectivamente, nos países onde existem elevados níveis de segurança e saúde no trabalho (SST) a competitividade das empresas aumenta e diminuem os custos com os acidentes e as doenças profissionais.

Diversa informação publicada pela Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho² insiste particularmente na importância, para a produtividade das empresas, da redução do número de pessoas que se reformam antecipadamente, da melhoria geral da saúde e da satisfação dos trabalhadores e da redução dos custos com seguros e recuperação e reintegração dos sinistrados.

Por outro lado, as melhores empresas verificam que um bom sistema de segurança e saúde no trabalho demonstra responsabilidade social, reforça a imagem da empresa/marca, reforça o compromisso dos trabalhadores para com a empresa, reduz as quebras de produção e absentismo e incentiva e motiva os trabalhadores a estarem mais tempo no trabalho.

Estas são algumas vantagens para as empresas. Mas, para se conseguirem estas vantagens, é necessário apostar de forma integrada e global na SST, na informação e formação dos trabalhadores e chefias e promover um sistema de gestão dos

¹ Resolução do Conselho de Ministros n.º 59/2008, de 01 de Abril.

² A Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho desenvolve em 2008/09 uma campanha de informação e sensibilização sobre a importância da avaliação de riscos. Em Portugal a Campanha é dinamizada pela ACT enquanto Ponto Focal Nacional daquela Agência.

riscos através de metodologias próprias e adequadas, nomeadamente com a promoção de avaliação de riscos, definição de medidas de prevenção e aplicação e controlo das mesmas.

Uma estratégia que ultrapassa o mero formalismo burocrático de cumprimento ou não das normas legais, tendo como objectivo uma sólida cultura de segurança. É fundamental, assim, que as empresas apoiadas pelas associações empresariais e pelo Estado integrem na sua gestão a SST como elemento estratégico e de qualidade.

A “Estratégia Nacional” visa incentivar e promover melhores níveis de SST

É neste quadro, e para reforçar os objectivos referidos, que a Estratégia Nacional para a Segurança e Saúde no Trabalho 2008-2012 foi pensada e elaborada. Por um lado, as exigências comunitárias, nomeadamente da Comissão Europeia, com uma nova estratégia (2007-2012) visando diminuir os acidentes na Europa³ e, por outro, a necessidade de se prevenirem melhor, de forma concertada e ao nível nacional, os riscos profissionais, em particular nas pequenas empresas e em sectores críticos como a construção, agricultura e florestas.

Para além de uma acção inspectiva acrescida, estão previstas constantes acções de sensibilização e informação sobre as vantagens e medidas de prevenção dos riscos laborais. Os novos riscos, nomeadamente no domínio psicossocial, não são esquecidos bem como a integração da SST nos sistemas de educação e investigação.

No sentido de se conhecer objectivamente a realidade da sinistralidade laboral está previsto um inquérito nacional às condições de trabalho e a reestruturação do sistema estatístico. A administração pública, central e local, não é esquecida⁴, sendo objecto de medidas concretas e adequadas á especificidade do sector.

Relativamente à qualidade das empresas prestadoras de serviços de SST e tendo em conta que a regularização destas entidades é um processo complexo, estão previstas medidas para melhorar a sua qualidade técnica bem como a celeridade dos procedimentos de autorização. Neste domínio serão equacionadas inclusive medidas de alteração legislativa, com vista a organizar e agilizar os referidos procedimentos.

Quanto à necessária aplicação da legislação, nomeadamente nas pequenas empresas, serão preparadas medidas de simplificação e compreensão da mesma, bem como de adaptação à especificidade de cada sector.

³ Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu «Melhorar a qualidade e a produtividade no trabalho: estratégia comunitária 2007-2012 para a saúde e segurança do trabalho», COM(2007)62 final, de 21.02.2007.

⁴ Em 2008 a ACT promove uma campanha para a integração dos imigrantes tendo como objectivo a sensibilização para a prevenção dos acidentes, e participa numa Campanha Europeia sobre a Movimentação Manual de Cargas dirigida a dois sectores de risco, o comércio a retalho e a construção.

Estão previstos ainda outros apoios técnicos para as pequenas empresas visando proporcionar instrumentos que facilitem a acção dos empregadores e “trabalhadores designados”.

De salientar que podem vir a estabelecer-se incentivos à formação de trabalhadores para o exercício de funções de “trabalhador designado”, enquadramento aplicável às empresas com menos de 10 trabalhadores e cuja actividade não seja de risco elevado.

Finalmente, a “Estratégia Nacional” propõe como um dos seus mais importantes objectivos “aprofundar o papel dos parceiros sociais e implicar empregadores e trabalhadores na melhoria das condições de trabalho”.

Está aqui, sem dúvida, a chave do sucesso para se alcançarem os objectivos propostos.

Existe um documento que é um precioso instrumento de enquadramento e de referência para a acção. Mas o papel fundamental é dos actores que estão no terreno. Antes de mais as empresas, associações empresariais, sindicais e a ACT, mas também outras instituições como centros tecnológicos e de investigação e as universidades.

Às empresas cabe, todavia, o papel decisivo: descobrir as vantagens de investir na melhoria das condições de trabalho. Vantagens económicas e sociais, para o sucesso do negócio e para o bem-estar dos trabalhadores, garantindo-se a sustentabilidade do desenvolvimento económico e social.

António Bernardo Brandão Guedes
Técnico da Autoridade para as Condições do Trabalho
Agosto de 2008